

Realismos ou Realidades?

José Claudio D. Guimarães
(mestrando em Literatura Comparada)

Posto em interrogação a questão há muito que já extrapolou apenas o movimento artístico típico na segunda metade do séc. XIX, e que se caracterizou como reação ao subjetivismo do romantismo. Almejava-se então, encontrar uma representação objetiva, fiel e detalhada da realidade posta. Mas “realidade” tornou-se uma palavra tão corrente que levou o antropólogo cultural Marshall Sahlins a dizer tratar-se de um dos lugares mais recorrentes da filosofia e ainda assim o menos visitado. Boutade a parte, seja no senso comum, na pintura, na literatura (pleiteado como missão por Luckás), no cinema, na filosofia ou mesmo no mundo cibernético, tantas acepções e tamanha convocatória à realidade denotam antes, o sintoma de uma ausência, fora uma sede que no deserto nos leva a ver e mesmo a clamar por miragens, algumas apenas fantasmagóricas outras deveras violentas, como as da estética do hiper-realismos cinematográfico que agora também promete investir pesado em imagens 3 D.

Mas a qual realismo apelar para poder-se eventualmente freqüentar tantas realidades simultâneas e até mesmo conflitantes? Sem entrar nos méritos da astrofísica, a resposta a essa pergunta é, no mais, aspiração da filosofia, que retumba a ilusão de poder discorrer sobre todas as formas de conhecimento, mesmo perpetuando o auto-engano de recorrer à palavras para restituir-nos o chão; a tão decantada e ilusória *realis*.

Os preceitos de verdade, muitas vezes de cunho moral, são impostos à História da cultura em geral: às artes, à política, à sociedade, aos próprios indivíduos e sua noção de realidade. Está-se aqui propondo aqui um recuo, um longo recuo na História da Idéias, e como não poderia deixar de ser, na interminável querela instaurada entre Realistas e Nominalistas. Se os primeiros advogam a universalidade dos conceitos, a busca da essência, do estável e permanente, já

para os segundos, o que conta é a idéia individual, o irrepetível e a ponderação sem taxionomias, sistemas ou simetrias.

Quando se fala de humanidade, obviamente está-se referindo geralmente apenas à Ocidental, a pródiga, a culta a civilizada. A única a merecer a alcunha altruística do coletivo de todos os Homens (Mulheres) adultos ou crianças. E humanidade já é um bom exemplo do cerne do problema entre os Nominalistas e Realistas, pois já se trata aqui de uma dupla operação mental, ao mesmo tempo generalizante e reducionista da idéia de que o homem mereça H maiúsculo para representar assim a espécie humana, ou seja, todos os seres e uma mesma suposta essência, abstraindo-se de todas as suas diferenças individuais.

Deixemos inicialmente de lado o que venha ou poderia ser a tal “essência” para tratar da abstração em si; do imperativo da exclusão das diferenças a fim de criarmos conceitos operacionais o suficiente para a produção de verdades, ou seja, de normas e valores válidos para todos os homens, estejam eles vivos ou mortos, ou ainda por nascer. Tamanha “violência”, ou ainda universalização, é sem dúvida uma operação necessária para permitir-nos ajuizar sobre o “real”, mas para os Nominalistas ele seria antes perda do mesmo, do particular e de seu caráter mutável, do fenomenismo ou do fenomenalismo em prol de uma fenomenologia obcecada em relações de causa e efeito_ o que não nos oferece necessariamente uma explicação do verdadeiro, mas antes uma interpretação dos fatos. A advertência nominalista se volta assim para os próprios princípios da causalidade assim como o de identidade, que em seu axioma tautológico ($A=A$) que desqualifica e recusa prontamente a simultaneidade de sensações “contraditórias” sobre uma mesma coisa (duro e macio, quente e frio, azedo e doce, polido e bruto, choro e riso, ...). A razão aristotélica (PNC princípio da não contradição) nos interdita assim conceber que A possa ser igual A e ao mesmo tempo não sê-lo, ainda que esta seja uma possibilidade frequentemente aventada pela poesia.

Mas além do imperativo tautológico para formação de conceitos_ ou mesmo das categorias kantiana de "condições transcendentais da objetividade" (tempo e

espaço)_ o que também se dá, de forma aprorística ou não, é a correspondência “ilógica” do não-igual, como Nietzsche bem o observa e Clarice com Martim de *A Maçã no Escuro* também o exemplifica magistralmente:

Homem pensando era aquilo que ao ver algo amarelo, dizia com esforço deslumbrado; essa coisa não é azul. Não que Martim tivesse chegado a propriamente a pensar _ mas o reconheceu como se reconhece nas pernas móveis o possível movimento (ME, 27).

O esforço de pensar, ou melhor, de conceitualizar, também abona uma série de distorções como a da categoria de um sujeito unitário, além do uso irrefletido de figuras de linguagem, tais como a metalese (a inversão a inversão do tempo cronológico até uma causa previsível, mas que é, no mais, “projetada”) assim como a sinédoque (escolha arbitrária de alguns elementos e eliminação de outros a fim de dar inteligibilidade ao que entendemos por pensar). Por fim, consagra-se ainda a hipostasia_ a crença (ingênua) na correspondência direta entre conceito e a coisa designada como sendo “realie” (“esse “sol”, esta “janela”, esta “mesa”)_ , o que para Nietzsche seria antes uma alienação do próprio potencial humano em manipular o arbitrário¹. “O Homem esqueceu-se ser sujeito artístico criador”, e assim teria se tornado prisioneiro da gramática (“creio que não vamos nos livrar de Deus, enquanto se crê na gramática“, Gaia Ciência).

Não é de estranhar que Nietzsche chegue a afirmar que o mundo que nos diz respeito seria uma ficção, nem que na disputa pela produção de conhecimento, conceito e metáfora tenham se polarizado desde os tempos de Platão, dando início assim a um longo debate no plano das idéias sobre monopólio pelos procedimentos de conhecimento e valor da verdade. A questão a ser levantada é, sobretudo, o que mais convém à vida, se a vontade insaciável de saber ou a “pulsão metafórica” da arte? Seriam ambas inconciliáveis? Ou ainda a de que se reconhecer o caráter ficcional de nossos postulados de verdade, seria simplesmente abjurá-la? Muitos pensadores céticos que puseram tais questões,

¹Referindo-se ainda à arbitrariedade do signo, Nietzsche atenta não haver qualquer adequação entre nomes e coisa e que em diferentes línguas serão por isso mesmo sempre distintos, podendo culturalmente divergir inclusive em gênero, masculino, feminino, havendo ainda ou não o neutro.

tampouco abjuraram o esforço de ajuizar, não pelo mérito de poder-se vir a demonstrar uma dada verdade, mas pela simples intuição de sua possível eficácia, tanto prática quanto poética.

Aceitando o pressuposto trágico que a nossa construção de mundo é, sobretudo, um fenômeno de linguagem, Nietzsche não se deixa prostrar diante da imaterialidade transcendental da metafísica. Ele busca na razão do corpo e numa dada fisiologia, a ligação entre o sensorial e o processo de formação da palavra. Ligação essa que se daria a partir de saltos em cadeia, do estímulo nervoso à imagem e da imagem ao som que seria formalizado por fim conforme a gramática é sancionado pelo uso coletivo do que se constrói e se aceita largamente como verdade ou palavra-metáfora.

Nesse processo não cabe a Literatura a persuasão da verdade, mas a performance; a realização das próprias construções de realidades, parindo mundos que além da mera verossimilhança, possam licenciar-nos a conceber outras vivências. E isso não se restringiria ao que se procura definir como literatura filosófica, nem canônica, ainda que, por vezes, um Dostoiévski, um Borges, um Fernando Pessoa, ou um Camus e ainda uma Clarice Lispector, rompam abertamente a delimitação estanque de saberes (como a proposta, por exemplo, por Kant). Literaturas essas que ao tratar do humano, de suas dúvidas e enigmas, extrapolam as expectativas textuais, acrescentando à experiência novas camadas de realidades.

Seria no mais enfadonho querer listar o rol de escritores-pensadores que “filosofaram” aberta ou veladamente sobre questões de alcance aparentemente “supra-literário”, mas que ao trazer à baila, tanto ao obscuro do humano quanto ao ambíguo do próprio ofício (refiro-me ao caráter fascinante e o falacioso signo), se lançaram no esforço inexorável de apor realidades diversas. Fiquemos aqui apenas com Clarice que nos expõe incansavelmente essa tensão em tantos momentos de sua obra, podendo, por vezes, expressar-se quase no tom de um manifesto nominalista.

A palavra apenas se refere a uma coisa e esta é sempre inacançável por mim. Cada um de nós é um símbolo que lida com outros símbolos_ tudo apenas referência ao real. Procuramos desesperadamente encontrar uma identidade própria e a identidade do real. E se nos entendemos através do símbolo é porque temos os mesmos símbolos e a mesma experiência da coisa em si: mas a realidade não tem sinônimos” (*Água Viva*, pg. 86).

Esse tipo de ponderação, ou melhor, tal de suspeita ativa já foi típica da Antigüidade grega, mas precisamente de um dado ceticismo que grassou com Pirro de Élide, *circa* 360 a 270 a.C.. Contemporâneo de Aristóteles, Pirro teve oportunidade de estabelecer relações com os magos e os ginosofistas, os “sábios nus” da Índia, e irá introduzir, entre outros, os princípios da akatalexia (isto, é, da irrepresentabilidade ou incompreensão das coisas) e ainda da epoché (da suspensão do juízo): “Nada pode ser conhecido, nem mesmo isto”. Os céticos pirrônicos não negavam proposições que não fossem imediatamente evidentes; mas permaneciam num estado de inquirição perpétua, afirmando que a falta de provas não constitui prova do oposto, sendo a falta de crença diferente de uma descrença resoluta. Ao invés de simplesmente descrever, os pirrônicos postulam que nunca podemos estar certos de que evidências novas não possam aparecer no futuro, de modo que eles sempre se mantêm abertos em sua pesquisa. Assim, os pirrônicos disputam frontalmente o saber estabelecido, e chegam mesmo a dizer que o dogmatismo é uma doença da mente.

Se for ou não possível traçar alguma ligação entre tais gregos e a influência nominalista em escritores como Borges e Clarice, o que vale ressaltar aqui é que a realidade foi moldada por diferentes aspirações e não tão simplesmente pelo mundo físico exterior. Deste modo, também o ceticismo frente ao nosso mundo simbólico não obstrui nem descarta a crença pirrônica em outras verdades, mesmo quando as provas não são imediatas ou visíveis, valendo, para tanto evocar legado de Anaxarco e do atomismo de um Demócrito. Pois como Clarice bem nos pode garantir, o ceticismo pirrônico não equivale a um niilismo absoluto:

“E _ e não esquecer que a estrutura do átomo não é vista mas sabe-se. Sei de muita coisa que não vi. E vós também. Não se pode dar uma prova da existência do que é mais verdadeiro, o jeito é acreditar” (prefácio de *A Hora da Estrela*).

A nossa sede de realidade, palpável, concreta e, sobretudo, comprovável, é saciada apenas por interpretações e não por explicações cabais e terminantes. Nesse afã a tecnologia chega ilusoriamente até a satisfazer a nossa carência do real, a ponto de levar Siegfried Krakauer no seu materialismo estético idos de 1948,, aclamar que “a fotografia assim como cinema parecem possuídos em prolongar a existência física de pessoas e objetos”. Naquele momento histórico, e ainda hoje foram poucos os que vieram a se debruçar sobre produção tecnológica da realidade. Como exceção, Vilém Flusser afirma em seus estudos que a própria transformação técnica do real em imagens, nada mais faz do que se reportar subrepticamente ao texto, dando-lhes uma qualidade quase ontológica que ainda o torna palatável:

(...) “enquanto (as imagens primitivas) são abstrações de primeiro grau (retiram duas dimensões do fenômeno concreto), as imagens técnicas são abstrações de terceiro grau (apesar de sua suposta “semelhança” com o mundo), pois primeiro abstraíram uma das dimensões da imagem tradicional, transformando-a em texto, para depois reconstituir a dimensão abstraída, a fim de resultar novamente em imagem. Isso faz com que as imagens técnicas sejam paradoxais: aparentemente, não precisam ser decifradas, e esta suposta facilidade de acesso impede que elas sejam realmente compreendidas. Em outras palavras, qualquer pessoa acha que é capaz de decifrar uma fotografia, um filme ou um programa de TV, porque considera aquelas imagens como reais, como simples janelas para o mundo de verdade, em vez de debruçar-se sobre elas como os signos complexos que são. O caráter simbólico das imagens técnicas está escondido, porque quem vê a imagem técnica parece ver seu significado”. (FLUSSER, 1998).

Em sentido oposto, ao abordar o texto de Clarice Lispector, Antonio Candido também trata do “tema (realidade que já) passava a segundo plano e a escrita a primeiro, fazendo ver que a elaboração do texto era elemento decisivo para atingir o seu pleno efeito de realidade. Por outras palavras, Clarice mostrava que a realidade (...) e o instrumento verbal (que institui a linguagem) se justificam antes de mais nada pelo fato de produzirem uma realidade própria, com a sua inteligibilidade específica. Não se trata mais de ver o texto como algo que se esgota ao conduzir a este ou àquele aspecto do mundo e do ser; mas de lhe pedir que crie para nós o mundo, ou um mundo que existe e atua na medida em que é

discurso literário (Candido, 1989). Teoricamente talvez seja esse o aspecto maior da realização literária, o mais enigmático e que tantos críticos literários tratam por ficção. Fisicamente, a própria Clarice se refere ao mesmo como trabalho de parto e um mérito do Homem.

“Da reconstrução do mundo dentro de si, ele passaria à reconstrução da cidade que repudiara” (...) E o trabalho delicado era esse: ser objetivo. (...) Martim já começara a se aplicar num trabalho de infinita exatidão e vigilância. Que era o de açambarcar-se e, consigo, o mundo? (*A Maçã no Escuro*, pg.118 e 119). Aquele homem cometera um crime porque engordara demais? (...) E o homem de repente se debateu com o velho nojo de pensar, oh não passaria ele jamais de um velho criador de verdades? \ Até que afortunadamente percebeu que criação do mundo estava lhe dando cólicas. Então feliz de enfim poder se submeter a uma dor, deitou-se sobre a barriga e, com o calor do contato, começou a adormecer (pg. 159)

Seja qual for a resposta a nossa carência de realidade, ela não será extensiva a todos os homens de forma igual e indiscriminada. A mesma não se constrói apenas individualmente, mas em culturas e momentos históricos distintos, e, seja com a arte rupestre ou na sua representação técnica-digital, todas são formas genuína de nos declararmos humanos, demasiadamente humanos. E se a filosofia, a ciência e as tecnologias parecem muitas vezes se aliar, dando, no mais das vezes, primazia à razão para construção de verdades do mundo, cabe também a literatura, a poesia e as artes em geral afiançarem outras tantas realidades possíveis.

“Que importava se a verdade já existia ou se era criada, pois criada mesmo é que valia como ato de homem” (ME, pg. 118).

Se desde Homero a realidade exterior deixou de ser o prolongamento natural de nosso corpo físico; se o mundo moderno insiste em dicotomias, tais como eu e o outro, verdade e mentira, bem e mal, toda e qualquer rebeldia terá que usar do próprio feitiço contra o feiticeiro e renovar-nos assim, como eternos aprendizes do ato e parturientes do verdadeiro.

Bibliografia

Candido, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989

Lispector, Clarice. *A Maçã no Escuro*, R.J., Francisco Alves, 1961

_ *Água Viva*, R.J., Francisco Alves, 1961

FLUSSER, Vilém. *Ensaio sobre a fotografia; para uma filosofia da técnica*. Lisboa, Relógio D'Água, 1998